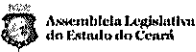
	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	ATA DE REUNIÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR) NA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

Às quinze horas e dois minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e dois, nos **Auditórios 2 e 4 – Deputado Almir Pinto e Deputado Abelardo Costa Lima e Sistema de Deliberação Remota – SDR**, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (**CCJR**), com a presença dos seguintes deputados(as): Salmito (**presidiu a reunião**), Juliocésar Filho, Acrísio Sena, Osmar Baquit, Augusta Brito e Walter Cavalcante. Constatando número regimental, o presidente declarou abertos os trabalhos e passou à leitura dos itens da pauta na seguinte ordem: I – **Leitura, discussão e leitura da Ata da reunião anterior**: consideradas como lidas e colocadas em discussão e votação pelo presidente, foram aprovadas as Atas das 19ª e 20ª Reuniões Ordinárias e 78ª Reunião Extraordinária; II – **Expediente**: nada constou; III – **Ordem do Dia**: a) **Leitura, discussão e votação de requerimentos e relatórios em geral**: nada constou; b) **Discussão e votação de proposições e pareceres sujeitos à aprovação do Plenário**: foram colocadas em discussão e votação as seguintes proposições e os respectivos pareceres: **1. Projeto de Lei n.º 338/2021, de autoria do Deputado Ferreira Aragão** – “Institui a campanha permanente de combate a qualquer tipo de assédio e violência contra mulheres no Estado do Ceará, e dá outras providências.” (**CCJR, CDHC, CTASP, COFT**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável com supressão. O relator, Deputado Osmar Baquit, também emitiu parecer favorável supressão. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **2. Projeto de Lei n.º 185/2022, de autoria do Deputado Audic Mota** – “Dispõe sobre a obrigatoriedade da atuação de odontólogo/cirurgiões-dentistas nas unidades de saúde e Unidades de Terapia Intensiva (UTI,39;s), no âmbito da rede hospitalar pública e privada do Estado do Ceará, e dá outras providências.” (**CCJR, CSSS, CTASP, COFT**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado Osmar Baquit, também emitiu parecer contrário. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado. Rejeitada a matéria; **3. Projeto de Lei n.º 205/2022, de autoria do Deputado Acrísio Sena** – “Dispõe sobre a obrigatoriedade de comprovação, na fase de habilitação dos certames licitatórios no Estado do Ceará, do cumprimento do disposto no art. 63, IV, da Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, na forma que indica.” (**CCJR, CTASP, COFT**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado Salmito, também emitiu parecer contrário. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado. Rejeitada a matéria; **4. Projeto de Lei n.º 319/2022, de autoria do Deputado Jeová Mota** – “Reconhece como patrimônio cultural imaterial do Ceará a festa da Padroeira de Nossa Senhora das Graças, festas de agosto, no Município de Nova Russas, Ceará.” (**CCJR**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado Osmar Baquit, emitiu parecer contrário.




	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	ATA DE REUNIÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020

Ata da 21ª Reunião Ordinária da CCJR

Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado. Rejeitada a matéria; **5. Projeto de Indicação n.º 113/2021, de autoria do Deputado Tony Brito** – “Fica proibida a retenção, remoção ou apreensão de veículos em decorrência do não pagamento de tributos, enquanto durar o estado de calamidade pública decorrente da Covid-19.” (CCJR, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado Juliocésar Filho, emitiu parecer favorável com modificação. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **6. Projeto de Indicação n.º 142/2021, de autoria do Deputado Soldado Noélio** – “Dispõe sobre a aplicação de sanções administrativas contra a conduta de simular a aplicação de vacina no Estado do Ceará, e dá outras providências.” (CCJR, CSSS, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **7. Projeto de Indicação n.º 317/2021, de autoria do Deputado Acrísio Sena** – “Dispõe sobre a prestação dos serviços de guia de turismo no Estado do Ceará, na forma que indica, e dá outras providências.” (CCJR, CICTS, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Vista solicitada pelo Deputado Walter Cavalcante em 17/10/2022. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado Moisés Braz, também emitiu parecer contrário. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado. Rejeitada a matéria; **8. Projeto de Indicação n.º 369/2021, de autoria do Deputado Soldado Noélio** – “Dispõe sobre o afastamento de gestantes das atividades de trabalho presencial durante o período emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus.” (CCJR, CSSS, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **9. Projeto de Indicação n.º 395/2021, de autoria do Deputado Tony Brito** – “Dispõe sobre o limite de descontos provenientes de dívidas dos vencimentos dos agentes públicos estaduais ativo e inativo vinculados ao Estado do Ceará.” (CCJR, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **10. Projeto de Indicação n.º 433/2021, de autoria do Deputado André Fernandes** – “Cria, no âmbito do Estado do Ceará, o ‘Programa Aprender Legal’, na forma que especifica.” (CCJR, CE, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **11. Projeto de Indicação n.º 442/2021, de autoria do Deputado Leonardo Araújo** – “Indica a criação do Dia de Atenção à Gagueira e à pessoa que gagueja, trata de políticas públicas de inclusão, e dá outras providências.” (CCJR, CDHC, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável com ressalva. O relator, Deputado Osmar




	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	ATA DE REUNIÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020

Ata da 21ª Reunião Ordinária da CCJR

Baquit, emitiu parecer favorável com ressalvas. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **12. Projeto de Indicação n.º 72/2022, de autoria da Deputada Fernanda Pessoa** – “Dispõe sobre a política de desjudicialização no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.” (CCJR, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, emitiu parecer favorável com modificação. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **13. Projeto de Indicação n.º 82/2022, de autoria do Deputado Tony Brito** – “Dispõe sobre a obrigatoriedade de o agressor pagar tratamento e resgate de animais vítimas de maus tratos no âmbito do Estado do Ceará.” (CCJR, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, emitiu parecer favorável com supressão. Colocado em discussão e votação pela presidente, o parecer do relator foi aprovado; **14. Projeto de Indicação n.º 109/2022, de autoria da Deputada Fernanda Pessoa** – “Dispõe sobre a criação do Programa Corujão da Saúde no Estado do Ceará.” (CCJR, CSSS, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado Osmar Baquit, também emitiu parecer contrário. Retirado de pauta pelo presidente a pedido da autora; **15. Projeto de Indicação n.º 171/2022, de autoria do Deputado Soldado Noélio** – “Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de fraldários nos órgãos públicos do Estado do Ceará.” (CCJR, CDHC, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado. **Após a votação, o presidente solicitou aos membros da Comissão a inclusão de projetos na pauta. Com a concordância de todos, passou à apreciação, discussão e votação das seguintes matérias e os respectivos pareceres:** **16. Proposta de Emenda Constitucional n.º 04/2022, de autoria da Mesa Diretora** – “Altera a Constituição Estadual para modificar a data da posse do governador e vice-governador, e dá outras providências.” (CCJR). Regime de urgência aprovado em 08.11.2022. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **17. Mensagem n.º 132/2022, oriunda da Mensagem n.º 8.986, de autoria do Poder Executivo** – “Altera a Lei n.º 13.729, de 11 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares Estaduais do Ceará, e a Lei n.º 15.797, de maio de 2015, que dispõe sobre as promoções dos militares estaduais.” (CCJR, CDS, CTASP, COFT). Regime de urgência aprovado em 08.11.2022. Não houve pedido de vista. O relator, Deputado Juliocésar Filho, emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **18. Mensagem n.º 133/2022, oriunda da Mensagem n.º 8.987, de autoria do Poder Executivo** – “Disciplina a execução financeira do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal – FEEF, e dá outras providências.” (CCJR, CTASP, COFT). Regime de urgência aprovado em -----



	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	ATA DE REUNIÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020

Ata da 21ª Reunião Ordinária da CCJR

08.11.2022. Não houve pedido de vista. O relator, Deputado Juliocésar Filho, emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **19. Projeto de Lei n.º 505/2021, de autoria do Deputado Renato Roseno** – “Assegura o direito ao transporte de bicicletas por parte dos usuários nas estações e nos vagões de metrô e do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no Estado do Ceará, e dá outras providências.”(CCJR, CVTDU, CTASP). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado Leonardo Araújo, emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer do relator foi aprovado; **20. Projeto de Lei n.º 328/2022, de autoria do Deputado Fernando Santana** – “Considera de utilidade pública a Associação Movimenta Comunidade, com sede no Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.”(CCJR). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. A relatora, Deputada Augusta Brito, emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer da relatora foi aprovado; **21. Projeto de Lei n.º 328/2022, de autoria do Deputado Fernando Santana** – “Considera de utilidade pública a Associação Movimenta Comunidade, com sede no Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.”(CCJR). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. A relatora, Deputada Augusta Brito, emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação pelo presidente, o parecer da relatora foi aprovado. Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu, Francypaula Carolino Barbosa França _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pelo presidente, Deputado Salmito _____, e pelos demais deputados presentes.

Deputado Juliocésar Filho _____

Deputado Acrísio Sena _____

Deputado Osmar Baquit _____

Deputada Augusta Brito _____

Deputado Walter Cavalcante _____